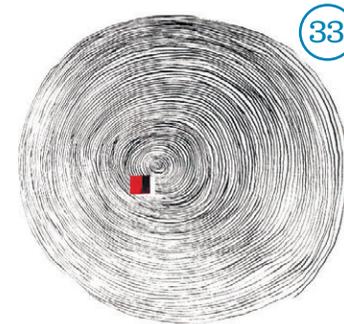


// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Manuel Vilarés

Professor emérito da Universidade Nova de Lisboa. Fundador da Nova IMS

Melhorar a representatividade do Interior na Assembleia da República

A baixa representação parlamentar das regiões do Interior desincentiva o investimento nestas regiões, gerando ainda maior desertificação e alimentando um círculo vicioso

O sistema de eleição dos deputados à Assembleia da República caracteriza-se por ser um sistema proporcional em que cada eleitor tem um voto único e simples, sendo os votos em cada círculo eleitoral convertidos em mandatos pelo método de Hondt.

Os círculos eleitorais correspondem aos distritos administrativos e apenas os partidos políticos podem apresentar listas de candidatos. Estas listas são fechadas e bloqueadas, pelo que os eleitores não têm qualquer interferência na escolha e hierarquia dos candidatos a deputados.

A sub-representação do interior do país

Existe um grande consenso de que o sistema eleitoral português apresenta sérias limitações, sendo dos principais responsáveis pelas elevadas taxas de abstenção. Entre essas limitações, focamo-nos aqui na enorme di-

ferença de representação entre os círculos eleitorais, visto que o número de mandatos de cada círculo eleitoral é exclusivamente determinado pelo número de eleitores do círculo. Esta situação gera elevadas desigualdades territoriais, com prejuízo para os distritos pouco povoados do interior do país. O quadro abaixo ilustra estas desigualdades para o caso dos distritos de Lisboa e Bragança. Notamos que para um partido ter direito a um mandato em Bragança, é necessário ter 11% mais eleitores e uma área 38,3 vezes superior a Lisboa. Por outro lado, os resultados das últimas eleições legislativas mostram que um mesmo partido, para ter um deputado em Lisboa, necessita apenas de 1,8% dos votos, enquanto em Bragança pode ter 20,4% dos votos e não ter direito a qualquer deputado. Estas desigualdades forçam o voto útil e são muito provavelmente responsáveis pelas maiores taxas de abstenção verificadas no Interior do país.

	Mandatos	Eleitores	Área (km ²)	Eleitores / Mandatos	Área / Mandatos	Taxa de Abstenção
Bragança	3	132779	6608	44260	2202,7	47,3%
Lisboa	48	1913095	2761	39856	57,5	33,4%
Portugal	226	8780014	92078	41000	407,4	35,6%

Fonte: CNE, 2025

O círculo vicioso entre sub-representação e desertificação

A desertificação leva a baixa representatividade parlamentar e portanto a baixo peso político e consequentemente a baixo investimento público. Mas o baixo investimento reduz as oportunidades de emprego o que, por seu lado, reforça a desertificação, gerando-se um círculo vicioso.

Como melhorar a representatividade e quebrar o círculo vicioso?

Existem basicamente duas abordagens para melhorar a representatividade das regiões menos povoadas. Uma delas consiste em ter duas câmaras, em que uma delas (regra geral, o Senado) tem uma composição que não depende da população da região.

A outra abordagem, que aqui se defende, consiste em alterar a fórmula de conversão dos círculos eleitorais em mandatos, passando a incluir na fórmula a área do círculo, para além do número de eleitores que seria sempre dominante. Assim, a título de exemplo, se a área tivesse um peso de 30%, o círculo de Bragança passaria de três para sete mandatos e o de Lisboa de 48 para 35 mandatos, o que permitiria uma redução significativa das atuais desigualdades.



O círculo vicioso entre a sub-representação parlamentar e a desertificação do interior